



National

Av. Mohamed Sind Barre, 997 Maputo
Telefone, 40 05 70 - Fax 73 42 95

mediaFAX

Maputo * Sexta-feira 12.03.93 * Nº 49/93



SIGGEST Lda

INFORMÁTICA

CONSULTORIA



ASSISTÊNCIA TÉCNICA

TELEF. 430515/4245 FAX - 423013
AV. EDUARDO MONDLARE 1878 - MAPUTO

De segunda a sexta, um diário no seu fax * Propriedade e edição: mediacoop - jornalistas associados, srl

Editor: Carlos Cardoso * Sede: Av. Mártires da Muchava, nº 1002 - C.P. 73 * Maputo * Moçambique

Tifs 4 90906, 743952, 490909(ext. 208), 491154(ext. 208) * Faxes 490063 / 490906 * Tlx 6-233 * Rep. Lisboa, Tlf 8581288 * Fax 8586773

Assinaturas mensais - ordinária: 75.000,00 MT * institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD * de apoio: 300.000,00 MT ou 100 USD

AS NOTIFICAÇÕES DO GOVERNO

1-49/93 (Maputo) As delegações governamentais nas comissões de supervisão e controle (CSC) e de cessar-fogo (CCF) apresentaram à ONU, entre 11 de Fevereiro e 2 de Março corrente, seis notificações acusando a Renamo de violação do acordo geral de paz. As alegações governamentais não foram investigadas devido à recusa da Renamo em cooperar, alegando impreparação das acusações.

De acordo com um "dossier" das notificações, a que o mediaFAX teve ontem acesso, o governo informou à ONU, a 2 de Março, da entrada ilegal no país de um "avião de marca Caribou DHC 4A com o número de registo 9011 R", o qual se encontra "estacionado em Maringué sob a responsabilidade da Renamo". Um repórter do mediaFAX viu esta aeronave ontem na pista de Maringué.

O governo adianta que a entrada e permanência desta aeronave em território nacional moçambicano foram feitas "em contração do protocolo nº1 do Acordo Geral de Paz".

Outra das notificações governamentais diz que um batalhão da Renamo "treinado e proveniente do Malawi" penetrou no país na primeira semana de Fevereiro, estando estacionado em Catandica, junto ao monte Panda.

"Um efectivo de cerca de mil homens zimbabwianos assistidos por cem instrutores de raça branca estão neste momento em treino na Gorongosa", diz o documento governamental assinado pelo capitão de Fragata, Sebastião Sarmiento, sub-ajudante do chefe da delegação do governo à CCF.

O mesmo documento alega que uma "coluna pedestre de cerca de 300 homens devidamente equipados foi vista na zona do rio Lucinha, no distrito, de Guro, atravessando para o Zimbabwe. Estes homens vestiam um uniforme idêntico ao que foi apreendido aos italianos em Chimoio". Ainda nesta área do país, o governo diz que cerca de 1000 homens "ocuparam a zona de Dunda", no distrito de Macossa, em Manica.

"Forças da Renamo, comandadas pelo capitão António Santana, impediram a partir do dia 25 de Janeiro a continuação das obras de reabilitação da estrada Mali-Milange, na província da Zambézia", diz outro documento apresentado pelo governo à CSC.

Outra notificação entregue à ONU pelo governo anuncia que no dia 10 de Fevereiro foi "retido" em Chibuto, Gaza, um

grupo constituído por 19 homens e 10 mulheres "levando consigo 38 armas de tipo AK, um roquete de RPG-7, um morteiro de 60 mm sem minas, uma pistola Makarov, um carregador de pistola com 5 munições e 2 carregadores de AKM com 2 munições". O documento diz que o grupo era comandado por um elemento da Renamo de nome Massango.

"O grupo diz estar a cumprir uma missão de evacuação de material de Matsembule, no distrito da Macia, para Bah-bene", disse a fonte, acrescentando que as autoridades de Chibuto retiveram o grupo, encontrando-se nesta altura sob custódia da polícia.

Uma queixa datada de 19 de Fevereiro, igualmente transmitida a Aldo Ajello refere-se aos incidentes de intimidação pela Renamo das autoridades de Nhamaponda e Boila, no distrito de Angoche. Também se refere ao tiroteio "indiscriminado" registado na vila de Notane, resultando na morte de dois civis. Os incidentes de Namitória, já noticiados por este diário em edições de Fevereiro, são igualmente apresentados à ONU.

Um documento do presidente da Comissão de Cessar-Fogo dirigido ao presidente da Comissão de Supervisão e Controle, que também está na posse deste diário, indica que após a recepção das alegações do governo moçambicano foi convocada uma reunião da CCF e, a 23 de Fevereiro, "todos os membros foram informados destas alegações". A 24 de Fevereiro foi realizada uma reunião tripartida entre ONU, governo e Renamo "para análise das queixas, obtenção de instruções específicas e elaboração de um plano de investigação".

O documento dá conta de que foi elaborado um plano de investigação "detalhado e aprovado por ambas as partes e, simultaneamente, foram instalados na Beira os membros da CCF da Beira para participar nestas investigações" que deveriam decorrer de 1 a 5 de Março.

Contudo, diz o documento, "o representante da Renamo não compareceu na data e hora acordadas para participar na investigação".

"Consequentemente, foi mais uma vez convocada uma reunião da CCF e foi pedido ao delegado da Renamo para clarificar a sua posição de não participação na investigação. Isto indicava que o assunto estava a ser atrasado a nível

A.2.4

político e que eles estariam a aguardar instruções dos seus superiores políticos".

O presidente da CCF escreve que "a abstenção da Renamo de participação na investigação das alegadas violações, por si só, constitui uma violação ao acordo de paz".

O documento que estamos a citar pergunta "que acção deve ser tomada quando uma das partes se recusa a participar

numa actividade em prol da implementação do cessar-fogo, previamente acordada".

"É urgentemente necessária a criação de legislação aplicável a este assunto, de modo a evitar quaisquer atrasos na conduta das actividades", termina a missiva do presidente da CCF para o presidente da CSC.

(Salomão Moyana)